



GT 047. Nas tramas do viver: entre governos, escritas e antropologias da dor

Natália Corazza Padovani (Pagu / UNICAMP) - Coordenadora,
Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV) - Coordenadora

Este GT de continuidade há um debate iniciado em 2015, que respondia a três distintas ordens de problemas: a dimensão política da dor, as técnicas de governo e a escrita etnográfica. Preocupados por aspectos do viver que muitas vezes são esquecidos, sublimados e controlados, mas, todavia constituem e animam a vida cotidiana, neste GT, propomos, agora, uma nova rodada de debates. Para tanto, temos o intuito de reunir etnografias que analisem as variadas articulações entre técnicas de governo e modalidades de sofrimento, explorando tais dilemas a partir de diferentes perspectivas. Seu viés analítico é o desafio de transpor terminologias locais para termos correlatos como "dor", "sofrimento", "sofrer"; os desafios metodológicos como fazer etnografia de/em situações de sofrimento; e suas questões éticas - até onde ir na partilha da dor com nossos interlocutores? Como evitar uma compaixão desenfreada ou um desejo de governo renovado? Ao acreditarmos que o sofrimento/dor apresenta-se como condição comum a variados contextos de pesquisa, esperamos receber contribuições que, independentemente de vínculo disciplinar, estejam, por um lado, atentas a como a forma política produtiva do sofrimento pode, em muitos contextos, ceder espaço à forma produtiva do governo, a fim de produzir sujeitos e populações governáveis. E, de outro lado, não se furtem a descrever a dor como modo de viver o mundo, cujo modo situado de análise incide em formas de narrar e produzir etnografia.

Dobras, nervuras e latejamentos: pensando alguns não ditos em pesquisas sobre sofrimento

Autoria: Adriana de Resende Barreto Vianna

Provocada pela proposta do GT, gostaria de trazer alguns pontos para nossos works sobre sofrimento. O primeiro deles diz respeito à possibilidade de reinstauração de hierarquias entre pesquisador(a) e interlocutor(a)s a partir de certa economia emocional. Se, como nos provoca Veena Das, reconhecer a dor do outro significa abrir-se a um jogo de linguagem, podemos pensar que o processo de pesquisa como um todo exige a confecção de territórios coabitados de sofrimento, por mais que as posições e repertórios subjetivos sejam diferentes para cada um(a). Em que ponto, porém, a objetivação desse sofrimento compartilhado refrata-se numa forma possível de objetivação do "outro"? Ou, dizendo de outro modo, como se secciona o sofrer compartilhado em um sofrer singularizado que pertence mais à vida pesquisada que à vida experimentada conjuntamente? Como vamos nos "estrangeirizando" desses momentos em que nos sentimos copartícipes da dor vivida pelo outro para que possamos inseri-la na teia de relações que queremos compreender e narrar? Outro ponto diz respeito aos resíduos de culpa e vergonha que nascem ou da partilha de situações de sofrimento às vezes muito íntimas ou do próprio processo de conversão das dores alheias em teses e works acadêmicos de modo geral. Em diversos momentos em minhas pesquisas, mas também no acompanhamento de outros works de pesquisadore(a)s mais jovens, percebo o quão penoso pode ser lidar com os emaranhados morais-emocionais que nascem de tais processos. Não falo aqui de limites éticos sobre o que relatar ou não, ou sequer de cuidados políticos que sabemos serem necessários em variados contextos, mas de tramas afetivas que são reposicionadas quando começamos a escrever (e a publicar) histórias sobre sofrimentos "dos outros". Parece-me que as discussões sobre ética, tão fundamentais em nosso campo, não esgotam totalmente o fato de que as relações de pesquisa se dão entre pessoas atravessadas por dramas morais. Por fim, gostaria de discutir também algo das relações complexas entre alegria e dor no processo de pesquisa. Em situações em que parte da construção pública do(a)s nosso(a)s interlocutor(a)s está fortemente ancorada no sofrimento ou na politização do sofrimento, o relato sobre as alegrias, prazeres e



diversões parece especialmente deslocado ou até mesmo um ato de traição. Relações jocosas, jogos amorosos, comentários maldosos e divertidos acabam frequentemente fazendo parte das nossas ?margens? de pesquisa, nossos pequenos e invertidos diários secretos malinowskianos. De que ri a antropóloga? De quem os seus e as suas interlocutoras? Como incluir essa composição tão vital e tão banal entre alegria e sofrimento nas nossas narrativas, enchendo os textos e as análises da mesma carga contraditória que tem a vida?



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

